

RELATÓRIO ANUAL | 2021







Preâmbulo

A ARIP – Associação Rewilding Iberia PT (doravante designada por ARIP ou Associação) é uma associação sem fins lucrativos constituída em 7 de janeiro de 2019, por escritura lavrada no Cartório Notarial de António José Alves Soares, situado na Avenida da República nº 15 - 1º andar, em Lisboa.

A ARIP tem sede na Quinta da Maunça S/N, João Bravo, 6300-035 Arrifana, Guarda, na freguesia de Arrifana, concelho da Guarda, o NIPC 515 213 985 e tem "por fim promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal."

Nos termos dos Estatutos da ARIP (artigo 11º), o ano financeiro é o ano civil e haverá um relatório anual a "ser apresentado para votação e aprovação pela Assembleia Geral e ser submetido às autoridades competentes nos prazos legais". À Direção caberão os poderes de administração (artigo 9º, nº1).

A ARIP, enquanto associação sem fins lucrativos, é uma "Entidade do Setor Não Lucrativo" (ESNL) a que é obrigatoriamente aplicável o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Este tipo de entidades tem que apresentar as seguintes demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo.

O conjunto dos documentos de prestação anual de contas da ARIP fica completo juntando o relatório anual, da responsabilidade da Direção, às demonstrações financeiras a que o SNC obriga, que serão subscritas pela Direção e Contabilista certificado.

O Relatório Anual tem a seguinte estrutura:

- Preâmbulo
- Relatório de gestão
- Balanço
- Demonstração dos resultados
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas anexas
- Relatório de Auditoria
- Relatório e Parecer do Fiscal Único
- Anexos









Relatório de Gestão

1. INTRODUÇÃO

A ARIP é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, a 7 de janeiro de 2019, com sede em Quinta da Maunça s/n João Bravo, 6300-035 Guarda.

Tem como atividade principal CAE 94992- Associações de Defesa do Ambiente para que possa prosseguir os objetivos de promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal, vai associar-se a várias associações ligadas à defesa do ambiente e ao movimento ecológico em geral.

Este relatório dá cumprimento às obrigações legais e estatutárias e vai servir para descrever toda a envolvência da Associação e do que mais importante ocorreu no ano de 2021.

2. ATIVIDADE ANUAL

A par dos anos anteriores, grande parte da atividade desenvolvida em 2021 está ligada aos projetos LIFE WolFlux e ELP — Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa, cujo desenvolvimento se apresenta em anexo a este relatório (Anexo 1).

As verbas para desenvolver as atividades a que se propõem, são na totalidade de instituições estrangeiras e de alguns mecenas pessoais, também eles estrangeiros, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Contratos de parceria com os Beneficiários do projeto ELP "Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa" celebrado com a Rewilding Europe, o qual estabelece um Budget no valor de 2.423.444 euros ao longo de cinco anos;
- Assinatura do Grant Agreement com a Comissão Europeia para a coordenação do projeto LIFE WolFlux conclusão do processo de emenda começado no início do ano. Este contrato termina em 11/2023 e a contribuição financeira poderá atingir os 1.639.036 euros;
- c) Contrato celebrado com "Albrecht von Sonntag" para o período de 2019 a 2024, com um apoio de 50.000 euros:
- d) Contrato assinado com o Zoo de Barcelona para dar apoio ao projeto LIFE WolFlux nos próximos cinco anos com uma contribuição total no valor de 24.000 euros;
- e) Contrato celebrado com "Eurosite" para o período de 2021 a 2024, com um apoio de 73.000 euros;
- f) A par do ELP, em 2021, foram reforçadas contribuições por aquele organismo no valor total de 65.460 euros (Arcadia Fund: 31.250 euros; Earth Today: 12.710 euros; Organic Basics: 18.500 euros; e Edenly: 3.000 euros).

Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2021 foram imputados a rendimentos do exercício subsídios no montante de 379.550 euros (à exploração: 342.387 euros e ao investimento: 37.164 euros).

O subsídio à exploração (342.387 euros) diz respeito à compensação dos gastos incorridos em 2021 no âmbito da realização dos contratos atrás referidos (gastos com o pessoal: 250.705 euros, fornecimentos e serviços externos:





160.432 euros e outros gastos: 590 euros) e outros subsídios pontuais (21.570 euros), compensados por ganhos com diferenças de câmbio de transferências no âmbito do projeto ELP "Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa" (90.910 euros).

No que respeita ao subsídio relacionados com ativos (subsídio ao investimento: 37.164 euros), o valor tem por base as depreciações dos ativos comparticipados (37.164 euros) e a taxa de comparticipação respetiva, que no caso é 100%.

Gastos com o pessoal

A Associação em 31/12/2021 contava com 16 colaboradores (9 em 31/12/2020) especializados nas áreas que a associação pretende desenvolver.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação atingiram um montante de 262.976 euros:

Descrição	2021	2020
Remunerações do pessoal	215.966,60	145.829,47
Encargos sobre remunerações	45.620,51	30.902,53
Seguros	1.388,54	933,72
Total	262.975,65	177.665,72

Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos, em 2021, ascenderam a 171.408 euros e desagregam-se da forma seguinte:

Descrição	2021	2020	
Serviços especializados	101.342,59	83.932,43	
Materiais	31.890,81	18.172,50	
Energia e fluidos	17.028,20	4.051,64	
Deslocações, estadas e transportes	14.020,60	5.639,80	
Serviços diversos	7.125,63	7.251,30	
Total	171.407,83	119.047,67	

Os serviços especializados dizem respeita a serviços técnicos prestados por terceiros que a Associação não pode garantir pelos seus meios, tais como serviços de notariado, design gráfico, consultoria, contabilidade e revisão legal das contas.

Investimento

A Associação, no período de 2021, efetuou um investimento de 119.532 euros. Este valor desagrega-se em edificações, nomeadamente cercas/vedações (40.209 euros), equipamento de transporte (39.617 euros), cavalos (21.200 euros), equipamento básico, principalmente binóculos, sistemas de localização e máquinas de limpeza florestal (16.701 euros) e equipamento administrativo (1.805 euros).





3. PLANO DE ATIVIDADES DE 2022

A atividade a desenvolver pela Associação em 2022, em grande medida, será continuar a executar os projetos LIFE WolFlux e ELP — Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa. Em anexo a este relatório (Anexo 2) apresentamos em detalhe o plano de atividades para 2022.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do balanço e a data de aprovação do projeto de proposta das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

5. RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Propõe-se que o resultado líquido negativo do período no valor de 1.351,35 euros tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: -1.351,35 euros (mil, trezentos e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim temos a declarar que não existe dívidas ao Estado ou à Segurança Social em estado de mora.

Por último, gostaríamos de agradecer a todos os que de algum modo colaboraram com a Associação, desde funcionários a todos os outros colaboradores.

Guarda, 25 de abril de 2022

O Diretor Executivo

Anexos:

Anexo 1 - "Rewilding Portugal Relatório de Atividades 2021"

Anexo 2 - "Rewilding Portugal Plano de Atividades de 2022"









Balanço

		Exercí	cios
Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	542.250,69	459.882,07
Investimentos financeiros	6	3.291,31	1.880,92
		545.542,00	461.762,99
Ativo corrente			
Inventários		504,10	0,00
Estado e outros entes públicos	9.1.2	228,99	0,00
Diferimentos	9.1.4	2.391,31	931,66
Créditos a receber	5/6	1.729.547,47	2.762.622,65
Caixa e depósitos bancários	9.1.1	775.717,27	181.211,10
		2.508.389,14	2.944.765,41
Total do ativo		3.053.931,14	3.406.528,40
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados Transitados	5/9.1.5	17.878,55	6.497,97
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5/9.1.5	538.550,17	456.181,53
		556.428,72	462.679,50
Resultado Líquido do Período		-1.351,35	
Total dos fundos patrimoniais		555.077,37	11.380,58
Passivo		333.077,37	474.060,08
Passivo não corrente			
Passivo corrente		0,00	0,00
Fornecedores	6	10.354.67	
Estado e outros entes públicos		10.354,67	20.753,73
Financiamentos obtidos	9.1.2	9.076,33	7.326,38
Diferimentos	9.1.3	17,68	0,00
Outros passivos correntes	5/9.1.4	1.935.258,57	2.438.162,20
,	5/6	544.146,52	466.226,01
Total do passivo		2.498.853,77	2.932.468,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.498.853,77	2.932.468,32
- 545, 465 fulldos patrifiloniais e do passivo		3.053.931,14	3.406.528,40

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo

RELATÓRIO ANUAL | 2021

7





Demonstração dos resultados

		Período	os
Rubricas	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		439,00	280,00
Subsídios, doações e legados à exploração	5	342.386,66	427.306,62
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-785,94	0,00
Fornecimentos e serviços externos	9.1.6	-171.407,83	-119.047,67
Gastos com o pessoal	7	-262.975,65	-177.665,72
Outros rendimentos	5/9.1.7	128.746,09	22.723,58
Outros gastos	9.1.8	-589,89	-119.494,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - EBITDA		35.812,44	34.102,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-37.163,79	-22.721,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) - EBIT		-1.351,35	11.380,58
Resultado antes de impostos		-1.351,35	11.380,58
Resultado Líquido do Período		-1.351,35	11.380,58

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo





Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

			Fund aos	os patrimoniais atrit instituidores da enti	ouídos dade	
Descrição		Notas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do período 2020	1		0,00	67.797,89	6.497,97	74.295,86
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	i	9.1.5	6.497,97	388.383,64	-6.497,97	388.383,64
	2		0,00	67.797,89		
Resultado líquido do período	3		3,30	07.737,63	-6.497,97	388.383,64
Resultado integral	4=2+3				11.380,58	11.380,58
-	7-273				4.882,61	399.764,22
Operações com instituidores no período						
	5	į	0,00	0.00	0.00	
Posição no fim do período 2020	6=1+2+3+5		6.497,97	456.181,53	0,00	0,00 474.060,08

		T	Fund aos	os patrimoniais atrik instituidores da enti	uídos dade	Total dos fundos patrimoniais
Descrição		Notas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	
Posição no início do período 2021	1		6.497,97	456.181,53	11.380,58	474.060,08
Alterações no período				}	ĺ	
Outras alterações reconhecidas nos			ļ	}	}	
fundos patrimoniais		9.1.5	11.380,58	82.368,64	-11.380,58	82.368,64
	2		11.380,58	82.368,64	-11.380,58	
Resultado líquido do período	3					82.368,64
Resultado integral	4=2+3				-1.351,35	-1.351,35
	7 2.3				-12.731,93	81.017,29
Operações com instituidores no período						
	5		0,00	0,00	0.00	2.00
Posição no fim do período 2021	6=1+2+3+5		17.878,55	538.550,17	0,00 -1.351,35	0,00 555.077,37

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo

RELATÓRIO ANUAL | 2021

9





Demonstração dos fluxos de caixa

		Período	os
Rubricas	Notas	2021	2020
luxos de caixa das atividades operacionais			}
Recebimentos de clientes e utentes	9.1.1	763,54	280,00
Pagamentos a fornecedores	9.1.1	200.787,61	108.803,34
Pagamentos ao pessoal	9.1.1	258.781,86	175.796,48
Caixa gerada pelas operações		-458.805,93	-284.319,82
Outros recebimentos/pagamentos	9.1.1	1.150.621,78	601.823,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		691.815,85	317.503,41
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	9.1.1	96.042,85	411.105,62
Investimentos financeiros	9.1.1	1.266,83	827,49
Investimentos iniancenos		·	
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-97.309,68	-411.933,11
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,0
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	9.1.1	594.506,17	-94.429,7
Efeitos das diferenças de câmbio	9.1.1	90.910,01	-118.673,0
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.1.1	181.211,10	275.640,8
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.1.1	775.717,27	181.211,1
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)	9.1.1	594.506,17	-94.429,7

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo





Notas anexas

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ARIP- Associação Rewilding Iberia Pt (doravante designada como ARIP ou Associação) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, a 7 de janeiro de 2019, com sede em Quinta da Maunça s/n João Bravo, 6300-035 Guarda.

Tem como atividade principal CAE 94992- Associações de Defesa do Ambiente para que possa prosseguir os objetivos de promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal, vai associar-se a várias associações ligadas à defesa do ambiente e ao movimento ecológico em geral.

As verbas para desenvolver as atividades a que se propõem, são na totalidade de instituições estrangeiras e de alguns mecenas pessoais, também eles estrangeiros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL):
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 13 de julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.





Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a receber", em "Devedores por acréscimos de rendimento". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a pagar", em "Credores por acréscimo de gastos".

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de "Diferimentos", em "Rendimentos a reconhecer" ou "Gastos a reconhecer", respetivamente.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja percetível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não explicitou qualquer critério de materialidade para o efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto á agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovadas para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se considera compensação (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidas ou concedidas (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.



Thanks

Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras sejam emendadas, as quantias comparativas serão reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotadas na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Associação.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- 3.1. Principais políticas contabilísticas:
- a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade de acordo com a normalização contabilística para as ESNL.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



): Chands

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções

10 anos

Equipamento de transporte

4 anos

Equipamento administrativo

3 anos

Ativos biológicos

10 anos

Outros ativos tangíveis

8 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rúbrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.





Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos na rúbrica "Financiamentos obtidos".

Acontecimentos Após a Data do Balanço

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que o presente projeto de proposta de demonstrações financeiras é aprovado pelo Secretariado Executivo para que a proposta seja submetida à apreciação do Secretariado Nacional que, uma vez aprovada, a submeterá à aprovação pelo Conselho Geral.

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos. Os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Instrumentos Financeiros

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes ou de outros terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a entidade tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes pela totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.





ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados

A entidade reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A entidade faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rúbrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de associados, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem,



towns

nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em entidades participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades equiparáveis, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Secretariado Executivo foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente dos eventos e transações em curso, à data de aprovação do presente projeto de proposta de demonstrações financeiras.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas neste projeto de demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:

Por se tratar do primeiro ano de atividade da ARIP, não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:

Por se tratar do primeiro ano de atividade da ARIP, não foram efetuadas alterações nas estimativas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.





3.4. Correções de erros de períodos anteriores:

Por se tratar do primeiro ano de atividade da ARIP, não foram detetados erros materiais, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada ao custo de aquisição deduzida das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos biológicos (cavalos) também estão mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas por se considerar que não se consegue mensurar fiavelmente o justo valor.

- b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuísticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) O movimento ocorrido durante o exercício nos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Ativos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
Quantia escriturada bruta:							caugiveis
Saldo inicial (01/01/2021) Adições	375.590,01		16.638,06	85.580,73	9.712,06		447,11
Alienações		40.209,28	16.701 <i>,</i> 17	39.617,22	1.804,76	21.200,00	747,11
Abates				,	ļ	i	
Transf. de Inv. em Curso						}	
Valores brutos totais	375.590,01	40.209,28	33.339,23	495 495 55			
Depreciações acumuladas:		10.205,20	33.359,23	125.197,95	11.516,82	21.200,00	447,11
Saldo inicial (01/01/2021)	1		2 754 45	_			
Adições		2 200 52	2.751,42	2.0312,9	4.961,03		60,55
Alienações		2.308,53	3.319,10	27.346,61	2.543,68	1.589,98	55,89
Abates							
Depreciações acumuladas totais:	0,00	2.308,53	6.070,52	47 570 71			
Perdas por imparidade acumuladas:		2.000,00	0.070,32	47.659,51	7.504,71	1.589,98	116,44
Adições		ļ		1			
Reversões		İ					
Alienações	•						
Abates							
Perdas imparidade acumuladas	_						
totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total líquido	375.590,01	37.900,75	27.268,71	77.538.44	4.012,11	19.610,02	330,67





A Associação, no período de 2021, efetuou um investimento de 119.532 euros. Este valor desagrega-se em edificações, nomeadamente cercas/vedações (40.209 euros), equipamento de transporte (39.617 euros), cavalos (21.200 euros), equipamento básico, principalmente binóculos, sistemas de localização e máquinas de limpeza florestal (16.701 euros) e equipamento administrativo (1.805 euros).

- e) A entidade não detém ativos fixos tangíveis com restrição de titularidade.
- f) à data de 31 de dezembro de 2021 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos pela Associação resultam de contratos celebrados, em 2019, no âmbito dos projetos ELP, LIFE, Fundação Barcelona e Albrecht von Sonntag, conforme referidos no Relatório de Gestão:

- Contratos de parceria com os Beneficiários do projeto ELP "Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa" celebrado com a Rewilding Europe, estabelece um Budget no valor de 2.423.444 euros ao longo de cinco anos.
- Assinatura do Grant Agreement com a Comissão Europeia para a coordenação do projeto LIFE WolFlux conclusão do processo de emenda começado no início do ano. Este contrato termina em 11/2023 e a contribuição financeira poderá atingir os 1.639.036 euros.
- O contrato assinado com o Zoo de Barcelona para dar apoio ao projeto LIFE WolFlux nos próximos cinco anos atinge uma contribuição total no valor de 24.000 euros.
- O contrato celebrado com "Albrecht von Sonntag" para o período de 2019 a 2024, prevê um apoio de 50.000 euros.
- Contrato celebrado com "Eurosite" para o período de 2021 a 2024, com um apoio de 73.000 euros.
- A par do ELP, em 2021, foram reforçadas contribuições por aquele organismo no valor total de 65.460 euros (Arcadia Fund: 31.250 euros; Earth Today: 12.710 euros; Organic Basics: 18.500 euros; e Edenly: 3.000 euros).

A ARIP reconhece o valor desses subsídios quando existe uma segurança razoável acerca do cumprimento das condições contratuais e da execução dos respetivos projetos, efetuando o controlo dos recebimentos pela conta de ativo 2785 — "Subsídios a receber" e dos valores por imputar a rendimentos pela conta de passivo 2822 — "Rendimentos a reconhecer - Subsídios à exploração" ou numa conta de fundos patrimoniais 5931 — "Subsídios", esta na parte do subsídio ao investimento.

Por outro lado, no âmbito do projeto ELP e LIFE, a ARIP conta com parceiros, para os quais são canalisados parte do subsídio recebido provenientes daqueles projetos, suportados por contratos. O controlo destes montantes é efetuado pela conta de passivo 2786 – "Subsídios dos parceiros"





Desta forma, em 2021, a evolução dos subsídios provenientes daqueles projetos é a seguinte:

Descrição	Ativo	Passivo	Fundos patrimoniais	Demonstraçã Resultados
ELP – Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa			Patritoliais	nesuitados
Saldo inicial (01/01/2021)	1.523.990	1.352.099	416.917]
Aumentos			86.596	143.04
Reduções pelo seu recebimento	-480.262		80.350	143.81
Reduções pela atribuição a parceiros		-201.015		
Reduções pela imputação a rendimentos	-	-127,294	-16.519	
Reduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais		-86.596	-10.519	
Saldo – ELP	1.043.728	937.195	486,994	142.04
LIFE Wolflux		337.133	460.334	143.81
Saldo inicial (01/01/2021)	1.226.589	1 055 070	<u>.</u>	
Aumentos	1.220.369	1.055.078	23.602	
Reduções pelo seu recebimento	-663.714	1	25.999	167.51
Reduções pela atribuição a parceiros	-003.714			
Reduções pela imputação a rendimentos		454		
Reduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais		-151.739	-15.775	
Saldo – LIFE	562.975	-25.999		
Fundação Barcelona	562.875	877.340	33.826	167.514
Saldo inicial (01/01/2021)				
Aumentos	12.000	12.000	0	
Reduções pelo seu recebimento			0	1.892
Reduções pela imputação a rendimentos	-6.000			
Saldo – Fundação Barcelona	0	-1.892		
Albrecht von Sonntag	6.000	10.109	0	1.892
Saldo inicial (01/01/2021)				, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Aumentos	0	18.985	15.663	
Reduções pelo seu recebimento			o	22.844
		ĺ		,
Reduções pela imputação a rendimentos		-18.119	-4.725	
Reduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais				
aldo – Albrecht von Sonntag	0	866	10.938	22.844
Arcadia Fund				
aldo inicial (01/01/2021)	o	o	o	
Aumentos	31.250	31.250	6.937	12.402
leduções pelo seu recebimento	-15.625		0.557	12.403
leduções pela imputação a rendimentos		-12.258	-145	
eduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais		-6.937	-145	
aldo – Arcadia Fund	15.625	12.055	6.792	12.400
arth Today			0.752	12.403
aldo inicial (01/01/2021)	ا			
umentos	12.710	13.710	0	
eduções pelo seu recebimento	12./10	12.710	0	0
eduções pela imputação a rendimentos	}		ļ	
eduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais				
	1	1	1	





Saldo – Total	1.724.687	1.935.259	538.550	357.980
Saldo – LIFE_003	73.000	63.485	C	9.515
Reduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais				
Reduções pela imputação a rendimentos		-9.515		
Reduções pelo seu recebimento]			
Aumentos	73.000	73.000	0	9.515
Saldo inicial (01/01/2021)	0	0	0	Į.
LIFE_003				
Saldo – Edenly	1.500	3.000	0	0
Reduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais				
Reduções pela imputação a rendimentos			Į	
Reduções pelo seu recebimento	-1.500			ļ
Aumentos	3.000	3.000	0	0
Saldo inicial (01/01/2021)	0 \	0	0	_
Edenly	Ì			1
Saldo – Organic Basics	9.250	18.500	0	0
Reduções pelo reconhecimento em Fundos Patrimoniais				
Reduções pela imputação a rendimentos	ļ			
Reduções pelo seu recebimento	-9.250	ļ		
Aumentos	18.500	18.500	0	0
Saldo inicial (01/01/2021)	0	0	0	
Organic Basics		_		

Em suma e de acordo com o quadro apresentado, relativamente aos projetos supraditos temos a referir:

- Do valor contratualizado (4.274.940 euros), nos últimos três anos foram recebidos 2.550.253 euros e estão por receber 1.724.687 euros;
- Em 2021 foram imputados a rendimentos 379.550 euros (320.817 euros como subsídio à exploração e 37.164 euros como subsídio ao investimento no âmbito destes contratos, compensados por ganhos em diferenças de câmbio de 90.910 euros. O restante valor decorre de outros subsídios pontuais 21.570 euros). Os subsídios à exploração foram imputados, por compensação de gastos incorridos em 2021 no âmbito dos projetos referidos, ao passo que nos subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%).
- Em 31/12/2020 os valores por imputar a rendimento de períodos futuros eram de 1.935.259 euros no que diz respeito a subsídios à exploração e 162.960 euros de subsídios ao investimento. O restante valor refletido em fundos patrimoniais (375.590 euros) diz respeito ao montante pago pelos terrenos adquiridos que, como se trata de um investimento não depreciável, o respetivo subsídio não será imputado a resultados, ficando em outras variações nos fundos patrimoniais;





- No que respeita aos parceiros o ponto de situação reportado a 31/12/2021 era o seguinte:

Zoological	ATNatura	Rewilding	U. Aveiro	Total
100 664	102.440			
11	193.443	276.573	90.987	670.667
-19.943	-59.590	-31.051	-14,239	-124.823
-10.549	-27.261	-6.000		
		-0.000	-40.216	-84.026
	İ		201.015	201.015
-9.451	-39.983	-29.140	-44,468	-123.042
69.721	66,609			539.792
	109.664 -19.943 -10.549 -9.451	109.664 193.443 -19.943 -59.590 -10.549 -27.261 -9.451 -39.983	109.664 193.443 276.573 -19.943 -59.590 -31.051 -10.549 -27.261 -6.000 -9.451 -39.983 -29.140	109.664 193.443 276.573 90.987 -19.943 -59.590 -31.051 -14.239 -10.549 -27.261 -6.000 -40.216 -9.451 -39.983 -29.140 -44.468

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 Bases de mensuração

É política da ARIP reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A ARIP mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros, e enquanto for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse mesmo instrumento financeiro.

6.2 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo/custo amortizado menos imparidades

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos financeiros		
Outros ativos correntes	3.291,31	1.880,92
Total	1.729.547,47	2.762.622,65
1014	1.732.838,78	2.764.503,57

O valor registado em investimentos financeiros (3.291,31 euros) respeita a contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (2.791,31 euros) e a títulos de capital do Crédito Agrícola (500,00 euros).

A rubrica de outros ativos correntes inclui o valor por receber no âmbito dos projetos em que a Associação está inserida (1.724.686,81 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas".





b) Passivos financeiros mensurados ao custo/custo amortizado

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	10.354,67	20.753,73
Outros passivos correntes	544.146,52	466.226,01
Total	554.501,19	486.979,74

A dívida a fornecedores resulta do desenvolvimento da atividade da Associação.

A rubrica de outros passivos correntes inclui o valor a entregar aos parceiros dos projetos em que a Associação está inserida (539.791,56 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas". Este valor inclui ainda o acréscimo de gastos com serviços especializados (2.911,86 euros).

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações do pessoal	215.966,60	145.829,47
Encargos sobre remunerações	45.620,51	30.902,53
Seguros	1.388,54	933,72
Total	262.975,65	177.665,72

A média de trabalhadores ao serviço passou de 7 (em 2020) para 12 (em 2021), situação que justifica o aumento registado em gastos com o pessoal em 2021, face a 2020.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

8.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais sugeridos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Entre a data do balanço e a data de aprovação do projeto de proposta das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.





9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

9.1.1 Fluxos de Caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da Entidade.

A caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31/12/2021 ascende a 775.717,27 euros, o qual corresponde ao saldo de caixa e depósitos bancários.

A Associação não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

A desagregação dos movimentos ocorridos no exercício de 2021:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	691.815,85	317.503,41
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-97.309,68	-411.933,11
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	37.505,08	-411.555,11
Variação de caixa e seus equivalentes	594.506,17	-94.429,70
Caixa e seus equivalentes no início do período	181.211,10	275.640,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	775.717,27	181.211,10
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo inicial - saldo final)	594.506,17	-94.429,70

Os fluxos de caixa das atividades operacionais estão muito influenciados pelo valor recebido dos projetos em que a Associação está inserida no valor de 1.176.351,47 euros, dos quais 123.041,76 euros foram entregues aos parceiros.

9.1.2 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rúbrica de EOEP - Ativo em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	228,99	0,00
Total	228,99	0,00





O detalhe da rúbrica de EOEP - Passivo em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Retenção na fonte de IRS dependente	2.525,00	2.202,00
Retenção na fonte de IRS independente	212,30	515,28
Taxa social única	6.195,47	4.501,06
Fundo de compensação	143,56	108,04
Total	9.076,33	7.326,38

As retenções de imposto sobre o rendimento e as contribuições para a Segurança Social e para o FCT/FGCT evidenciam as retenções, quotizações e contribuições do mês de dezembro de 2021, que foram entregues ao Estado em janeiro de 2022.

9.1.3 Financiamentos obtidos

O saldo e transações registados em financiamentos obtidos dizem respeito à movimentação do cartão de crédito, que tem um plafond de crédito no montante de 5.000 euros.

9.1.4 Diferimentos

A decomposição desta rúbrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer	2.391,31	931,66
Rendimentos a reconhecer	1.935.258,57	2.438.162,20

Os gastos a reconhecer respeitam à especialização dos custos com seguros, pagos no ano 2021, com periodicidade que inclui o ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer respeitam a valores por imputar a rendimento de períodos futuros no âmbito dos projetos em que a Associação está inserida (1.935.258,57 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas".

9.1.5 Fundos patrimoniais

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultados transitados	17.878,55	6.497,97
Outras variações nos fundos patrimoniais	538.550,17	456.181,53
Resultado líquido do exercício	-1.351,35	11.380,58
Total	555.077,37	474.060,08



O valor de outras variações nos fundos patrimoniais (538.550,17 euros), detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas", diz respeito ao:

- Montante por imputar a rendimento de períodos futuros de subsídios ao investimento (162.960,16 euros);
- Montante pago pelos terrenos adquiridos que, como se trata de um investimento não depreciável, o respetivo subsídio não será imputado a resultados, ficando em outras variações nos fundos patrimoniais (375.590,01 euros).

O resultado líquido do período de 2020 foi transferido para resultados transitados.

9.1.6 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviços especializados	101.342,59	83.932,43
Materials	31.890,81	18.172,50
Energia e fluídos	17.028,20	4.051,64
Deslocações, estadas e transportes	14.020,60	5.639,80
Serviços diversos	7.125,63	7.251,30
Total	171.407,83	119.047,67

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 44,0% (+52.360,16 euros), face ao período de 2020. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram os combustíveis (+12.976,56 euros), ferramentas e utensílios de desgaste rápido (+12.434,31 euros), trabalhos especializados (+9.483,68 euros), deslocações e estadas (+7.604,36 euros), conservação e reparação (+6.187,39 euros).

Os serviços especializados dizem respeita a serviços técnicos prestados por terceiros que a Associação não pode garantir pelos seus meios, tais como serviços de notariado, design gráfico, consultoria, contabilidade e revisão legal das contas.

Para dar cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais é de referir que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 3.690 euros (IVA incluído), tendo sido faturados outros serviços (outros trabalhos de garantia de fiabilidade) pela SROC no montante de 2.460 euros (IVA incluído).

9.1.7 Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças de câmbio favoráveis	90.910,01	0
Imputação de subsídios para investimento	37.163,79	22.721,98
Outros não especificados	671,79	1,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,50	0
Total	128.746,09	22.723,58



O valor das diferenças de câmbio favoráveis (90.910,01 euros), decorre da transposição pelo uso da taxa de fecho (1 USD = 0,88292 EUR), do montante por receber do projeto ELP, contratualizado em dólares americanos.

Os subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%). Este valor encontra-se detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas".

9.1.8 Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	340,19	291,25
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	500,00
Outros	249,70	30,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	118.673,00
Total	589,89	119.494,25

O valor de 2020 referente a diferenças de câmbio desfavoráveis (118.673 euros), decorre da transposição pelo uso da taxa de fecho (1 USD = 0,81493 EUR), do montante por receber do projeto ELP, contratualizado em dólares americanos.

Guarda, 25 de março de 2022

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo